



## **RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO**

**Órgão: Prefeitura Municipal de Cabixi**  
**Período: Exercício de 2015**  
**Relatório do Controle Interno N° 004/2015**

### **1 INTRODUÇÃO**

1.1 – O Controle Interno do Município de Cabixi/RO no desempenho de suas funções, apresenta relatório a ser encaminhado juntamente com a prestação de contas referente ao exercício de 2015 deste executivo municipal.

Atendendo as imposições pertinentes a prestação de contas dos municípios elabora o presente relatório, em observância às disposições legais que se mostram contidas no artigo 70 da Constituição Federal; artigo 75 da Lei Federal 4.320/64; LRF 101/2000, e ainda considerando a Instrução Normativa 013/2004 e Lei Complementar nº154/96, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

1.2 Neste sentido, segue-se relatório das principais atividades realizadas pelo controle interno no ano de 2015, bem como do relatório e parecer conclusivo da gestão fiscal e dos procedimentos operacionais, visando evidenciar a consistência dos sistemas de controle interno atinente à administração do executivo municipal neste exercício de 2015.



VERIFICAÇÃO QUANTO A COMPOSIÇÃO DOS ANEXOS, DEMONSTRATIVOS E/OU DOCUMENTOS INTEGRANTES A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL – EXERCÍCIO 2015.

<b>Nº do Anexo</b>	<b>Documentação</b>	<b>SIM/NÃO</b>
01	<i>Relatório e Certificado de Auditoria, com parecer do dirigente do Órgão de Contrôle Interno.</i>	<b>Sim</b>
02	<i>Relatório Circunstanciado das atividades desenvolvidas no período, demonstrando os resultados obtidos, comparativamente aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e das ações efetivamente realizadas.</i>	<b>Sim</b>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

03	<p>Balanço Orçamentário Consolidado - Anexo 12 da Lei nº 4.320/64;</p> <p>a) Quadro Principal;</p> <p>b) Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados;</p> <p>c) Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados;</p> <p>d) Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário deverão conter, ao menos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li><input type="checkbox"/> o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante;</li><li><input type="checkbox"/> o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);</li><li><input type="checkbox"/> a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;</li><li><input type="checkbox"/> as atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;</li><li><input type="checkbox"/> o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente; e</li><li><input type="checkbox"/> o detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.</li></ul>	sim
04	<p>Balanço Financeiro Consolidado - Anexo 13 da Lei nº 4.320/64:</p> <p>a) Quadro principal; e</p> <p>b) Notas Explicativas ao Balanço Financeiro deverão conter ao menos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- política de contabilização das retenções; e</li><li>- ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o Balanço Financeiro.</li></ul> <p>.</p>	sim



05	<p>Balanço Patrimonial Consolidado - Anexo 14 da Lei nº 4.320/64:</p> <p>a) Quadro Principal;</p> <p>b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;</p> <p>c) Quadro das Contas de Compensação;</p> <p>d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro;</p> <p>e) Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos, recomenda-se o detalhamento das seguintes contas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li><input type="checkbox"/> <i>Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo, em especial, a dívida ativa evidenciando no mínimo: a composição da dívida por exercício financeiro; demonstração dos valores inscritos no exercício à título de principal, as taxas, os juros e multas; e bem como os valores arrecadados e cancelados no exercício;</i></li><li><input type="checkbox"/> <i>Imobilizado;</i></li><li><input type="checkbox"/> <i>Intangível;</i></li><li><input type="checkbox"/> <i>Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;</i></li><li><input type="checkbox"/> <i>Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;</i></li><li><input type="checkbox"/> <i>Políticas de depreciação, amortização e exaustão e demais políticas contábeis relevantes; e</i></li><li><input type="checkbox"/> <i>Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.</i></li></ul>	sim
06	<p>Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada - Anexo 15 da Lei nº 4.320/64;</p> <p>a) Quadro principal; e</p> <p>b) Notas Explicativas a Demonstração das Variações Patrimoniais, evidenciarão os itens que compõem as VPA e as VPD que forem relevantes. Algumas circunstâncias poderão ser apresentadas em notas explicativas, ainda que seus valores não sejam relevantes, por exemplo:</p> <p><i>Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado;</i></p> <p>Baixas de investimento; e</p> <p>Constituição ou reversão de provisões.</p>	sim



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

07	Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada - Anexo 18 da Lei nº 4.320/64; a) Quadro Principal; b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida; e f) Notas Explicativas a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidenciarão os itens que compõem os fluxos de caixa que forem relevantes. O ente deverá divulgar os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos pelo ente, mas que não estejam disponíveis para uso imediato. As circunstâncias da indisponibilidade desses recursos envolvem, por exemplo, restrições legais ou controle cambial;	sim
08	Extratos bancários de todas as contas existentes, em 31 (trinta e um) de dezembro do exercício de competência da prestação de contas e, respectivas, conciliações bancárias (Anexo TC-03), sendo um arquivo em formato PDF para cada conta bancária contendo o extrato e conciliação bancária. <b>Os arquivos deverão ser compactados (formato ZIP) para a transmissão.</b>	sim
09	Relação dos restos a pagar processados – Anexo TC-10 A;	Sim
10	Relação dos restos a pagar não processados – Anexo TC-10 B;	Sim
11	Quadro demonstrativo das alterações orçamentárias – Anexo TC-18;	Sim
12	Demonstrativo Sintético das Contas Componentes do Ativo Permanente – Anexo TC-23;	Sim
13	Demonstrativo dos recursos financeiros de convênios não repassados cujas despesas já foram empenhadas – Anexo TC-38;	Sim
14	Demonstrativos das despesas inscritas em Restos a pagar com recursos próprios vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Excluído o Fundeb – Anexo VI;	Sim
15	Demonstrativos das despesas inscritas em Restos a pagar com recursos vinculados ao Fundeb – Anexo XI;	Sim



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

<b>16</b>	Demonstrativo Consolidado das Receitas do Fundeb – Anexo XI-A;	Sim
<b>17</b>	Demonstrativo Consolidado da Aplicação dos Recursos do Fundeb – Anexo XI-B;	Sim
<b>18</b>	Demonstrativo da Movimentação Financeira do Fundeb – Anexo XI-C;	Sim
<b>19</b>	Demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar com recursos próprios vinculados as Ações e Serviços Públicos de Saúde – Excluídos Convênios, PAB, MAC/AIH, SIA/SUS e outros recursos vinculados – Anexo XVI;	sim



## **DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

O Sistema de Controle Interno do Município visa a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade. As ações de avaliação de que trata esta lei compreendem as técnicas de trabalho desenvolvidas no âmbito do Sistema de Controle Interno, permitindo a orientação, fiscalização e auditoria. Estão sujeitos ao âmbito de atuação do Sistema de Controle Interno Municipal os órgãos do Poder Executivo e da Administração Indireta, bem como as pessoas, físicas ou jurídicas, que recebam ou administrem, a qualquer título, bens e recursos provenientes do tesouro municipal.

O Sistema de Controle Interno do Município, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, tem as seguintes finalidades:

- I - orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional deste Executivo Municipal. São atividades precípuas do Sistema de Controle Interno:
- II - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;
- III- supervisionar as medidas adotadas pelo Poder Executivo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos arts. 22 e 23 da LC nº 101/2000;
- IV- verificar o cumprimento quanto aos prazos de publicação e divulgação dos relatórios de gestão fiscal e da execução orçamentária e financeira.

Para o perfeito cumprimento do disposto neste artigo, os órgãos e as entidades do Poder Executivo e da Administração Indireta do Município deverão encaminhar à Unidade Central de Controle ou ao Agente de Controle vinculado à respectiva área, imediatamente após a conclusão/publicação, os seguintes atos, no que couber:

- I - a Lei e anexos relativos ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a documentação referente à abertura de todos os créditos adicionais;



## **2- DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO**

No sentido de relatar as atividades desenvolvidas pelo Setor de Controle Interno no ano de 2015 inicialmente serão expostos aspectos legais sobre o próprio Setor e, após, partir-se-á para as atividades desenvolvidas propriamente ditas.

### **2.1 DO ASPECTO LEGAL DO FUNCIONAMENTO DO CONTROLE INTERNO.**

O Controle Interno foi instituído no Município como órgão de assessoramento através da Lei Municipal nº 437, de 2003 de 01 de abril a qual reorganizou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal. Dentro de suas atividades elencadas na referida Lei, foram abrangidas as suas competências conforme dispõe a Constituição Federal em seu art. 31 e o art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Desde 01 de Fevereiro de 2011, o Controle Interno está sob responsabilidade da Servidora LIZANDRA CRISTINA RAMOS, que faz parte do quadro efetivo deste Município, contratada no ano de 2002.

Com o objetivo de dar andamento e regulamentar as competências e trabalhos a serem desenvolvidos, que até Março de 2003 vinham sendo realizados sem um planejamento, em Abril de 2003 foi realizada a proposição de uma Lei Municipal dispendo sobre a instituição, organização e atuação do Sistema de Controle Interno, bem como foi proposto um Plano de Trabalho para o Setor.

Sendo assim, em termos legais, pode-se dizer que o Setor de Controle Interno apresentou um grande avanço passando a ter uma Lei Específica, um Plano de Trabalho devendo-se agora partir para a colocação em prática do que dispõe a legislação que o regulamenta, sobretudo no que tange à realização de auditorias periódicas.





## 2.2 DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO

No ano de 2015 o Setor de Controle Interno atuou na orientação aos órgãos, sendo este Executivo Municipal, através de recomendações e pareceres devidamente documentados, bem como através de troca de informações não documentadas, mas que certamente foram fundamentais para a prevenção de erros e adoção de procedimentos mais adequados. Também atuou fortemente no acompanhamento da gestão fiscal e na elaboração dos instrumentos de planejamento.

A seguir segue a síntese das principais atividades realizadas pelo Controle Interno no ano de 2015.

### **Primeiro Quadrimestre de 2015:**

- Contribuição na elaboração da Prestação de Contas do Poder Executivo exigida pelo art. 11 da Instrução Normativa 013/2004 a ser entregue a este Órgão até 31 de março do corrente ano;
- Organização e participação juntamente com a Secretaria Especial da audiência para avaliação das metas fiscais do primeiro semestre do ano de 2015 ;
- Acompanhamento da gestão fiscal a partir da elaboração de papéis de trabalho e alimentação dos dados periodicamente, bem como geração de relatório referente ao primeiro semestre de 2015, englobando também deficiências operacionais detectadas enviado ao prefeito através dos relatórios Quadrimestrais do Controle Interno;
- Conferência dos relatórios resumidos de execução orçamentária e de gestão fiscal gerados para entrega ao STN e gerados para entrega pelo módulo SIGAP/Contábil e Gestão Fiscal para entrega ao TCE/RO;
- Avaliou também o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município. Supervisionando as medidas adotadas pelo Poder Executivo para o controle da despesa total com pessoal. Orientou as unidades setoriais e seccionais, no desempenho de suas funções. Expedindo instruções sobre matérias de competência da Controladoria.



Fiscalização in loco nas Obras públicas em andamento, juntamente com o Engenheiro Técnico Responsável;

Análise Processual (Licitação, Empenho, Liquidação e Pagamento)

Adiantamentos (Suprimento de fundos)

-Emissão de informações não documentadas.

### **Segundo Quadrimestre de 2015**

Emitindo pareceres sobre os processos encaminhados a este setor, bem como por iniciativa do próprio controle interno de acordo com a gravidade da situação

**Acompanhamento da Gestão Fiscal** bem como geração de relatório referente ao segundo quadrimestre de 2015;

- Acompanhando e alimentando o SIGAP/OBRAS;
- Análise Processual (Licitação, Empenho, Liquidação e Pagamento)
- Adiantamentos (Suprimento de fundos)

### **Terceiro Quadrimestre de 2015**

- **Acompanhamento da Gestão Fiscal** bem como geração de relatório referente ao terceiro quadrimestre de 2015;

Acompanhando e alimentando o SIGAP/OBRAS;

Análise Processual (Licitação, Empenho, Liquidação e Pagamento)

Adiantamentos (Suprimento de fundos)

Inspeção no controle dos Bens Patrimoniais.

Sendo assim, procurei seguir as orientações recebidas, fiscalizando todos os processos encaminhados a esta Controladoria.



Organização e Participação, juntamente com a Secretaria Especial da audiência pública de que trata o § 4º do art. 8º da Lei Complementar 101-2000;

Realizar visitas em todas as secretarias identificando as tarefas dos servidores e as necessidades de reorganização de forma a apresentar um diagnóstico da situação existente e as necessidades de mudanças.

Após detalhamento das atividades desempenhadas neste ano o Controle Interno reconhece que exerceu tarefas que não eram diretamente de sua competência, contudo, tal participação teve um objetivo que implica diretamente no trabalho do controle interno, ou seja, estruturar o processo de planejamento de forma a facilitar a avaliação dos programas de governo, uma das responsabilidades do Setor. Assim, através desse trabalho o Controle Interno teve conhecimento das atividades de todas as Secretarias adquirindo uma visão mais ampla da administração como um todo e, inclusive, verificando as deficiências das Secretarias para futuras auditorias.

### **3 – AVALIAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NO EXERCÍCIO DE 2015**

#### ***3.1- Cumprimento da Metas Previstas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.***

Das metas e prioridades constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, apurou que houve um percentual satisfatório na realização das principais ações podendo considerar que o Município de Cabixi cumpriu parcial o estabelecido em seu Plano de Governo.

A seguir relação de algumas das Ações desenvolvidas no ano de 2015, conforme Rol de Projetos constantes da LOA, PPA.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Secretaria	Ações previstas	Metas previstas	Físicas	Metas Físicas Executadas	Ações Executadas	Em %	Não Executadas	Em %
COORDENADORIA MUN. DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	Pavimentação Asfáltica Urbana	02KM					Não houve a celebração de Convênio para a utilização de Recursos da Contrapartida	
	Recapeamento asfáltico urbano	04km		Recapeamento asfáltico	Serviços de lama asfáltica nas Ruas e Avenidas da Sede do Município	100		
	Conservação de Vias Públicas Urbanas	31KM		Limpeza e Conservação das Vias Públicas Urbanas	Foram realizados serviços de roçagem dos canteiros das ruas e avenidas, coleta de lixo, tapa buraco, coleta de entulho e outros serviços essenciais.	100		
	Manutenção de Iluminação Pública	700UN		Faturas e taxas de consumo de energia, manutenção das rede de iluminação pública	Pagamento de faturas e taxas mensalmente e realizado a manutenção da rede 4x ao mês.	100	Manutenção de Iluminação Pública	
	Construção do Paço Municipal-Contrapartida	1000M2		Construção da Sede da Prefeitura			Trata-se de Recurso de contrapartida. - Obra está condicionada a liberação de recursos de convênio.	100
	Fomento a Piscicultura e Agropecuária	-		Manutenção das instalações do predio e assistência técnica na área de Piscicultura	Pagamento relativo a apoio a produtores rurais	2	98% Não houve sucesso na realização de projeto de apoio ao funcionando da estação de piscicultura.	
	Construção e recuperação de pontes e bueiros	50UN		Pontes e bueiros da zona rural do município.	Construção de pontes e bueiros nas estradas vicinais do município.	100		
	Aquisição de Equipamentos Agrícolas e Rodoviários - Contrapartida.	03UN		Máquinas e Equipamentos	Aquisição de Equipamentos 12grícola12, em fomento ao setor 12grícola,	100		



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

				Aquisição de Equipamentos Rodoviários para conservação e manutenção de vias públicas rurais e urbanas e serviços públicos diversos.			
	Conservação de Estradas Vicinais	Manutenção da malha viária	650km	Patrolhamento e Cascalhamento das Estradas Vicinais.	100		
	Manutenção do Consórcio Intermunicipal para Resíduos Sólidos	600 to	Transporte e disposição final dos resíduos sólidos urbanos	Serviço de Transporte dos Resíduos Sólidos da Sede e dos Distritos até o aterro sanitário próximo a Vilhena, bem como a disposição final resíduos.	100		
	Construção de Calçamento Público	-	Calçamento Público	Recursos previstos visavam contemplar Recursos Oriundos de Convênios que apesar da apresentação de tal Projeto junto ao Governo Federal não houve até o encerramento do exercício de 2015, celebração de Convênios para o atingimento da meta.	0,00		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.	Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar.	630 alunos	Aquisição de Gêneros alimentícios através de abertura de processo para compra dos alimentos para atender as escolas municipais.	80		
	Quota Salário Educação	Atendimento de unidades escolares do ensino básico e fundamental.	03 Escolas	Aquisição de filtros, lubrificantes e graxas, tacógrafos para atender os veículos da frota do Transporte Escolar.	100		
	Apoio ao Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE.	Alunos matriculados do ensino básico e fundamental de zona	338 alunos	Aquisição de Tacógrafos para atendimento da Frota Escolar.	100		



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

	rural.					
Reforma e Ampliação de Unidades Escolares.	Salas de aulas na Escola Municipal Chico soldade			Construção de sala de aulas na Escola municipal Chico soldado para atendimento aos alunos da rede de ensino .	100	
Aquisição de Veículos adequado ao Transporte de Estudantes.	Veículo para Transporte Escolar	1				Não foi cumprido com a meta prevista. Foram adquiridos em 2012 04 veículos atendendo a meta prevista para o período em comento.
Manutenção de Transporte de estudantes da zona rural.	Alunos atendidos	338 alunos		Aquisição de combustível, locação de veículos, conserto de pneus, alinhamento e balanceamento, licenciamento e serviços de mão de obra.	100	
Fundeb 60%	Valorização dos profissionais da Educação	46 profissionais		Despesas com pagamento de folha e encargos	100	
Fundeb 40%	Manutenção e desenvolvimento da Educação básica.			Despesas com pagamento de tarifas bancárias e instalação de diário eletrônico nas escolas municipais.	100	
Apoio ao Programa Nacional de Alimentação em Creche - PNAC	Crianças atendidas de zero a seis anos	110 crianças		Despesas com Gêneros alimentícios para atender as Escola Municipal infantil Cebolinha.	100	
Apoio as Ações do Ensino Infantil de zero a seis anos	Crianças atendidas de zero a seis anos	305 crianças		Despesas com pagamento de folha, encargos, aquisição de Gêneros alimentícios, didáticos e outros para a manutenção das atividades da Escola infantil Cebolinha.	100	



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

	Apoio as ações culturais	Atendimento as atividades alusivas ao aniversário do município.		Adquirido premiação para as festividades a serem distribuídos entre os participantes das atividades.	100		
	Apoio as ações esportivas	Atendimento ao esporte		Foi adquirido bicicletas, pagamento de energia para manutenção do ginásio poliesportivo municipal.	100		
	Manutenção das atividades da Semec.	Atendimento a Secretaria		Pagamento de folha, encargos, aquisição de gênero alimentícios, materiais de limpeza, didáticos, permanente, ceron e outras despesas de custeio da secretaria e escolas.	100		
	Apoio ao programa Brasil Carinhoso – FNDE	Atendimento as Escolas		Aquisição de material didático e permanente para atender as Escolas.	100		
	Construção do Centro de Desenvolvimento Turístico.	Construção do Centro de apoio ao Turista.		Construção da Centro de atendimento ao turista localizado na avenida Tamoios, esquina com a linha 11.	5		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Apoio ao Sistema hospitalar e ambulatorial de média e alta complexidade.	23.000 Atendimento Médico hospitalar/ambulatorial	55.647	Aquisição de mobiliários; Material de laboratório; Medicamentos; gênero alimentício; gás de cozinha, entre outros, para atendimento da Média e Alta	100		



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

				Complexidade.			
				Foram prestados serviços e aquisição de produtos, como: Concessão de diárias e suprimentos de fundos para servidores do HPP; pagamento de energia; serviços e peças para revisão de veículos; aquisição de gêneros alimentícios; combustível; materiais odontológicos; oxigênio; gás de cozinha, medicamentos para assistência Farmacêutica; materiais de expediente, para	100		
	Programa Nacional para hospital de pequeno porte - HPP SUS	23.00 Atendimento do hospital	58.874 atendimentos				





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

				melhoria de qualidade dos serviços prestados à população no hospital de Pequeno Porte local conforme preconiza o Programa.			
	Modernização dos Equipamentos Hospitalares -  contrapartida (Equipamento Hospitalar)					Não houve cumprimento	100
	Melhoria do Sistema de Transporte de pacientes – (ambulância)					Não houve celebração de convênio	100



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

	Ampliação e Reforma do HPP - contrapartida	01 Reforma e Ampliação				Não houve celebração de convênio	100
	Apoio as Ações de Atendimento a Atenção Básica – PAB (serviços de Atenção Básica)	Serviços de Atenção básica de saúde	Pop. Mun.	Ações desenvolvidas no atendimento da Atenção Básica no Município, como consultas médicas em especialidade básicas; atendimento odontológico básico; visita/atendimento domiciliar por membros da equipe; realizadas vacinações; atividades dos Agentes Comunitários de Saúde; orientação nutricional e alimentar; pronto atendimento,	100		



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

				entre outras ações. Foram contratadas prestações de serviços de manutenção dos equipamentos médicos hospitalares; revisão de veículos que dão suporte as ações básica de saúde no Município; foram concedidas passagens para servidores e pacientes encaminhados e/ou agendados para tratamento médico especializado; adquiridos produtos considerados de 1ª necessidade			
	Aquisição de					Não	houve 100



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Equipamentos para a Atenção Básica de Saúde – contrapartida						celebração de Convênios no período para tal finalidade.	
Construção Reforma e Ampliação de Postos de Saúde	01 reforma e Ampliação					Reforma das Unidades Básicas de Saúde reprogramadas para 2016.	100
Farmácia Básica	Medicamentos		Aquisição de medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), para serem ofertados a todos os usuários do SUS, visando à garantia da integralidade do tratamento medicamentoso.				100
Apoio ao Programa	Pop/Município		Pagamento de pessoal para atendimento da promoção de saúde bucal no Município,				100



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Agentes Comunitários de Saúde – PACS (Assistência à Saúde Comunitária)		conforme relatório anual				
Ações do Programa SIS - FRONTEIRAS	Pop/Município	Pagamento de Pessoal integrante do Programa, que buscam ampliar as ações na atenção básica por meio da promoção e prevenção à saúde, conforme relatório anual.	100			
Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Serviços de Saúde Pública)	Pop/Município	Pagamento de Pessoal integrante do Programa, que buscam ampliar as ações na atenção básica por meio da promoção e prevenção à saúde, conforme relatório anual.	100			



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

	Ações Epidemiologia e Controle de Doenças (Serviços no Controle de Doenças Epidemiológicas)	Pop/Município	Pagamento de pessoal, encargos; pagamento de despesas de 1ª necessidade, como: energia, telefone, combustíveis, gênero alimentício, materiais de limpeza e higienização; concessão de diárias de campo para realização de Campanhas de Vacina humana, canina e felina e passagem rodoviária para servidores do Programa que desenvolvem serviços de vigilância epidemiológica no âmbito do município, conforme relatório				
				100			
SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção da Casa de Abrigo a Menores - CRIANÇA FELIZ.	Menores desabrigados atendidos		Não houve no período menores desabrigados.		06 abrigados	100%
	Apoio a Criança, ao Adolescente e ao Conselho Tutelar	Crianças e Adolescentes atendidos	497 crianças e adolescentes	Adquiriu combustível, diárias, passagens, material de expediente e outros para atendimento na Sede do Conselho Tutelar	100		
	Ações educativas a famílias de crianças até 06 anos e serviços de convivência de fortalecimento de vínculos	Famílias e Idosos integrantes do PBT	324 atendimentos	Adquiriu Gêneros alimentícios para atender as crianças, adolescentes e idoso na modalidade conviver.	100		
	Apoio a Gestão descentralizada do Bolsa Família - IGDBF	Bolsa Família	900 famílias atendidas	Adquiriu combustível, diárias, passagens, material de expediente para tender a gestão do	100		



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

			Bolsa familia.			
Construção do Cemurf					Não cumprido	houve 100
Apoio ao Programa de atenção integral a família - PAIF	Assistência a Famílias	108 atendimentos	Aquisição de Gêneros alimentícios e material para oficinas que são desenvolvidas no Cras e pagamento de Empresa prestadora de serviços de mão de obra.	100		
Índice de Gestão descentralizada do sistema único de Assistência Social - IGDSUAS.	Assistência Social	110 atendimentos	Aquisição de combustível, diárias e passagens visando a capacitação dos servidores e conselheiros da SEMAS.	100		



NOTA EXPLICATIVA: Algumas ações de governo previstas para o período e não executadas, dependem da liberação de recursos de Convênios, uma vez tratar-se de metas cujos recursos são de alto volume se comparados com a capacidade financeira do Município. Ressalta-se que o Município tem despendido esforço no sentido de concretizar tais ações de governo. Enquanto não ocorrem ações conjuntas para desenvolver atividades no âmbito Municipal, mantém-se as despesas atinentes com a manutenção e conservação básica da estação Piscicultura.

## ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

### 5.1 CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Conforme decretos do Poder Executivo, foram abertos créditos adicionais suplementares por anulação de dotação no valor de R\$ 3.648.679,73, sendo contabilizado no Demonstrativo de Despesa referente a dezembro de 2015, o total R\$ 3.648.679,73, conferindo perfeitamente com os valores contabilizados mostrando fidedignidade nos valores apresentados.

Ressalte-se que os decretos abertos estão dentro do limite estabelecido pela LOA.

### 5.2 CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS

Conforme Demonstrativo de Despesa os créditos adicionais Especiais totalizaram o valor de R\$ 4.990.939,78, conferindo perfeitamente com os valores apresentados nos Decretos e no Anexo 18 da IN 13.

### 5.3 ALTERAÇÕES DE QDD

Não foram evidenciadas alterações no Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD.

## 6. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





As Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 437 e a Conjunta nº 02 (STN/SOF), de 2012 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), parte V, que trata especificamente das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) para vigência no exercício de 2015.

Esse Manual estabelece que as Demonstrações Contábeis têm como objetivo padronizar os conceitos, as regras e os procedimentos relativos às demonstrações contábeis do setor público a serem observados pelos Municípios, permitindo a evidenciação e a consolidação das contas públicas no âmbito nacional, em consonância com os procedimentos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

As alterações inerentes ao PCASP, .....que disciplina a obrigatoriedade da sua adoção pelos órgãos e entidades públicas municipais, inclusive as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista instituídas e mantidas pelo poder público, a partir do exercício de 2013, para a efetivação dos registros de seus atos e fatos contábeis.

Os demonstrativos contábeis apresentados estão atualizados de acordo com o MCASP, em cumprimento ao art. 5º da Resolução Nº.....

### **3- DA GESTÃO FISCAL E DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

A Administração Pública, no exercício de seus atos de gestão, deve obedecer a preceitos constitucionais e legais e, ao mesmo tempo, praticar suas ações de forma a otimizar os procedimentos indo ao encontro do que pressupõe o princípio da eficiência administrativa. No que se refere aos aspectos legais, as principais exigências estão relacionadas com regras impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal primando pelo equilíbrio das contas públicas. Já no que se refere à gestão operacional, sua otimização está diretamente relacionada com o nível de organização da administração.



### 3.1 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

O presente relatório tomou como base as informações constantes na Contabilidade do Município e constituiu-se na análise da execução orçamentária e financeira, bem como dos limites constitucionais de aplicação em saúde e educação e demais limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo por referência a data de 31 de dezembro de 2015.

#### 3.1.1 Análise da Gestão Orçamentária

A proposta orçamentária foi aprovada pelo Poder Legislativo, conforme Lei Municipal nº 837/2014, estimando a receita e fixando a despesa para o exercício de 2015 no montante de R\$ 19.600.000,00 (Dezenove Milhões e Seiscentos Mil Reais).

#### Resumo de Execução da LOA – Exercício de 2015

<b>Receita Prevista</b>	<b>Receita Arrecadada</b>	<b>Diferença</b>	<b>% Arrecadado</b>
19.600.000,00	21.264.049,73	1.664.049,73	7,82
<b>Despesa Fixada</b>	<b>Despesa Executada</b>	<b>Diferença</b>	<b>% Executado</b>
19.600.000,00	21.327.998,25	805.633,53	7,10
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>63.948,52</b>	<b>-</b>	<b>Negativo</b>

Fonte: Anexo 12 Balanço Orçamentário 4.320/64

Em relação à arrecadação de receita no ano de 2015 o município arrecadou o valor

de R\$ 21.264.049,73 (Vinte um milhões duzentos e sessenta e quatro mil, quarenta e nove reais e setenta e tres centavos), que representou 8,49% (sete vírgula setenta por cento) do valor previsto no orçamento do exercício.



Conforme Balanço Orçamentário do exercício corrente, apura-se que do total de R\$ 19.600.000,00 estimado para a receita, foi arrecadado R\$ 21.264.049,73, correspondendo a 108,49% do valor previsto no Orçamento, demonstrando suficiência de arrecadação de R\$ 1.664.049,73. Tal situação indica que o Município vem cumprindo com as metas de planejamento em relação a arrecadação das receitas.

O valor da despesa executada no exercício de 2015 foi R\$ 21.327.998,25 (Vinte um milhões trezentos e vinte sete mil novecentos e noventa e oito reais e vinte cinco centavos), correspondendo a um aumento de 8,82% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento) da

despesa fixada e 100,30% (noventa e sete, vírgula noventa por cento) da receita arrecadada no exercício.

Com esses resultados, o Balanço Orçamentário registra um déficit de R\$ 63.948,52 (Sessenta e tres mil novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Ressalta-se porem que, que este deficit esta sendo coberto pelo superavit apurado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial do exercicio anterior no montante de R\$ 3.243.548,56 (tres milhoes duzentos e quarenta e tres mil quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), nao comprometendo assim, o resultado do exercicio bem como o financeiro para o exercicio seguinte.

Observa-se que o município atingiu a meta de arrecadação no exercício.

Em atendimento ao art. 13 da LRF, a receita prevista foi desdobrada em metas bimestrais de arrecadação, conforme decreto 002 de 02 de janeiro/2015, sendo o acompanhamento realizado bimestralmente, observando-se que, no 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestre, houve uma superação na meta prevista encerrando-se o exercício com um superávit na meta de arrecadação.



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Bimestre	Previsão	Arrecadação	Varição	%
1º Bimestre	2.885.120,00	3.792.144,49	907.904,49	-16,42
2º Bimestre	2.996.840,00	3.447.998,51	451.158,51	-17,76
3º Bimestre	3.300.640,00	3.523.901,84	223.261,84	13,08
4º Bimestre	3.286.920,00	4.251.993,62	965.073,62	6,33
5º Bimestre	3.267.320,00	3.818.859,42	551.539,42	22,70
6º Bimestre	3.863.160,00	5.222.546,04	1.359.386,04	14,44
<b>Total Rec Liquida</b>	<b>19.600.000,00</b>	<b>24.057.443,92</b>	<b>4.458.323,92</b>	<b>26,03</b>

As metas bimestrais de arrecadação foram regularmente controladas, chegando-se ao fim do ano com um superávit de 8,86%.

### Análise da Gestão Financeira

#### Disponibilidade Financeira

##### Saldo do exercício

<b>CÂMARA</b>	
Bancos conta movimento	R\$ 20.600,31
Bancos conta aplicação	
Bancos conta vinculado	
Outros Bancos	
<b>Total</b>	<b>R\$ 20.600,31</b>

<b>SAÚDE</b>	
Bancos conta movimento	R\$ 1.655.300,25
Bancos conta aplicação	
Bancos conta vinculado	
Outros Bancos	
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.655.300,25</b>

<b>PREFEITURA</b>	
Bancos conta movimento	R\$ 5.446.118,67
Bancos conta aplicação	



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Bancos conta vinculado	
Outros Bancos	
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.388.872,28</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 7.122.019,23</b>

Fonte: Anexo 13 e 14 da Lei 4.320/64.

A tabela acima apresenta a disponibilidade financeira em 31 de dezembro de 2013 da Câmara, da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

### Balanco Financeiro Sintético

RECEITA	VALORES R\$	DESPESAS	VALORES R\$
Orçamentárias e Intra-Orçamentárias	<b>21.264.049,73</b>	Orçamentárias e Intra-Orçamentárias	<b><u>21.327.998,25</u></b>
Transferências Financeiras	<b>6.021.229,54</b>	Transferências Financeiras	<b><u>6.021.129,34</u></b>
Interferências Ativas	<b>3.056.807,16</b>	Interferências Passivas	<b><u>3.762.733,15</u></b>
Saldo do Exercício Anterior	<b>7.891.793,54</b>	Saldo para o Exercício seguinte	<b><u>7.122.019,23</u></b>
<b>Total Geral</b>	<b><u>38.233.879,97</u></b>	<b>Total Geral</b>	<b><u>38.233.879,97</u></b>

O balanço financeiro apresentado demonstra uma somatória de receita no total de R\$21.264.049,73 (Vinte e um milhões duzentos e sessenta e quatro mil quarenta e nove reais e setenta e três centavos) e de despesa no total de R\$ 21.327.998,25 (Vinte e um milhões trezentos e vinte e sete mil novecentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos), apresentando um resultado financeiro deficitário de R\$ 63.948,52 (sessenta e três mil novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) demonstrando um decréscimo de recursos financeiro em relação ao saldo financeiro do exercício anterior e o saldo para o exercício seguinte.

### Análise da Gestão Patrimonial



### Balanco Patrimonial Sintético

ATIVO	VALORES R\$	%	PASSIVO	VALORES R\$	%
Financeiro	7.181.558,22	25,17	Financeiro	917.237,99	3,21
Permanente	21.349.633,22	74,83	Permanente	423.353,33	1,48
Passivo Real a descoberto		-	Ativo Real Líquido	<b>27.190.600,33</b>	95,31
<b>Total Geral</b>	<b>28.531.191,45</b>	100	<b>Total Geral</b>	<b>28.531.191,45</b>	100

O Resultado Patrimonial no balanço ora analisado está assim representado:

O ativo financeiro compreende os saldos disponíveis, realizáveis a curto e longo prazo, que totalizaram R\$ 7.181.558,22 (Sete milhões cento e oitenta e um mil quinhentos e cinquenta e oito reais e vinte e dois centavos), representando 25,17 % (Vinte e cinco vírgula dezessete por cento) do Ativo Total.

O ativo Permanente compreende os bens móveis, imóveis, que totalizou R\$ 21.349.633,23 (vinte e um milhão trezentos e quarenta e nove mil seiscentos e trinta e três reais e vinte e três centavos.) representando 74,83% (Setenta e quatro vírgula oitenta e três por cento) do Ativo Total.

O passivo Financeiro compreende os depósitos e obrigações em circulação (restos a pagar), que totalizou R\$ 917.237,99 (novecentos e dezessete mil duzentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos), representando 3,21. % (três vírgula vinte e um por cento) do Passivo Total.

O passivo Permanente representa as dividas fundada interna e externas, que totalizou R\$ 423.353,33 (Quatrocentos e vinte e três mil trezentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos), representado 1,48 % (um, vírgula quarenta e oito por cento) do Passivo Total.



RESULTADO PATRIMONIAL	VALORES EM R\$
Ativo Real (+)	28.531.191,45
Passivo Real (-)	1.340.591,32
<b>Ativo Real Líquido (=)</b>	<b>27.190.600,13</b>

O saldo positivo representa uma margem de equilíbrio financeiro deste município, em decorrência do somatório de bens e direitos serem superiores as suas obrigações.

O Saldo Patrimonial da Gestão Administrativa do Exercício de 2015 totalizou em R\$ 27.190.600,13 (vinte e sete milhões cento e noventa mil seiscientos reais e treze centavos), correspondendo a 95,30% (Noventa e cinco vírgula trinta por cento) do ativo Real.

### **3.1.5 DO ENDIVIDAMENTO DE LONGO PRAZO, RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO**

Base de Dados: Anexo Resultado Nominal e Primário Exercício 2015

O saldo positivo representa uma margem de equilíbrio financeiro deste município, em decorrência do somatório de bens e direitos serem superiores as suas obrigações.

O Saldo Patrimonial da Gestão Administrativa do Exercício de 2015 totalizou em R\$ 27.190.600,13 (vinte e sete milhões cento e noventa mil seiscientos reais e treze centavos), correspondendo a 95,30% (Noventa e cinco vírgula trinta por cento) do ativo Real.

O Endividamento a Longo Prazo, representado pela dívida fundada somou o valor em 31/12/2015 de R\$ 423.353,33, apresentando mesmo valor em relação ao mesmo período em 2014 de 0,00%, não havendo portanto diminuição da dívida.



Gostaríamos de ressaltar que o Resultado Primário, que é o cálculo das receitas já deduzidas as aplicações financeiras e alienação de ativos menos as despesas do Executivo que não contém os juros e amortização da dívida contratada, foi favorável no montante de R\$ 1.289.544,69 (um milhão duzentos e oitenta e nove mil quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e nove centavos ), do exercício de 2015, conforme demonstra o quadro a seguir:

Total das <b>Receitas Fiscais</b> do Executivo	R\$	20.659.513,58
(deduzidas as aplicações financeiras e alienação de bens)		
	R\$	571.606,15
Total das <b>Despesas Fiscais</b> Liquidadas		
(deduzidos os juros e amortização da dívida)	R\$	19.369.968,89
<b>Resultado Primário Exercício 2015</b>	<b>R\$</b>	<b>1.289.544,69</b>

O resultado nominal, ou seja, a variação da dívida consolidada líquida em relação ao mesmo período de 2014 apresentou uma redução de 1.118.965,40, o que se deve ao fato de no ano de 2015 não ter sido contraído novos empréstimos e, ao mesmo tempo, a economia orçamentária ter gerado disponibilidade de caixa.

Ja em relação ao Resultado Nominal, observa-se que o resultado apurado diverge bastante em relação ao fixado, devendo o Executivo rever as metas e se necessário fazer os devidos ajustes para que o valor apurado seja de acordo com o previsto, para que não haja estas discrepâncias de valores na peça apresentada.

### **3.1.6 LIMITES IMPOSTOS PELA LRF E OUTRAS LEGISLAÇÕES**

Analisou-se o comportamento da execução da despesa no que se refere aos principais limites constitucionais que devem ser obedecidos: Despesas Com Pessoal, Despesas com Saúde, Despesas com Educação, Despesas com recursos do Fundeb e Despesas com Endividamento de Longo Prazo. Por último analisou-se o comportamento das despesas com o poder legislativo, a aplicação dos recursos provenientes da alienação de ativos.





**Observância dos Limites para Inscrição de Despesas em Restos a Pagar, Bem como dos Limites e Condições para realização da despesa Total com Pessoal.**

**Limites para Inscrição de Despesas em Restos a Pagar**

<b>Órgão</b>	<b>Disponibilidade Financeira R\$</b>	<b>Total de Restos a Pagar R\$</b>
<b>Câmara</b>	R\$ 20.600,31	R\$ 20.600,31
<b>Prefeitura</b>	R\$ 5.446.118,67	R\$ 2.388.253,06
<b>Fundo Municipal de Saúde</b>	R\$ 1.655.300,25	R\$ 436.594,08
<b>Consolidado</b>	<b>R\$ 7.122.018,92</b>	<b>R\$ 2.845.447,75</b>

Analisando o equilíbrio financeiro considerando não somente os restos a pagar mas também as demais obrigações verificou-se a existência de superávit financeiro na maior parte das contas com uma significativa melhoria em relação ao ano anterior, corroborando-se assim o alcance do equilíbrio financeiro no ano de 2015.

O valor apresentado acima demonstra que a disponibilidade financeira em 31 de dezembro de 2015 é suficiente para cobrir as despesas com restos a pagar do exercício de 2015, desta forma o Poder Executivo apresentando a suficiência financeira para o pagamento dos restos a pagar, estando neste enquadrado com o que dispõe o art. 42 da LRF.

**Limites e Condições para realização da despesa Total com Pessoal**

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 19, para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida; a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20 (LRF/2000).

III - na esfera municipal:

a) 7% (seis por cento) para o Legislativo,

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.



Acompanhamos os demonstrativos com gasto com pessoal nos últimos doze meses para verificação de percentual gasto em obediência ao limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, encontrando os percentuais abaixo demonstrados:

Elaboramos quadro e gráfico sobre a despesa total com pessoal:

Acompanhamos os demonstrativos com gasto com pessoal nos últimos doze meses para verificação de percentual gasto em obediência ao limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, encontrando os percentuais abaixo demonstrados:

Analisando os demonstrativos dos gastos com pessoal referente aos últimos doze meses enviados a este Tribunal através do Relatório de Gestão Fiscal para verificação do limite global de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente líquida, constatamos que as despesas com pessoal (Executivo + Legislativo) no acumulado foram de 49,32. % sendo no Poder Executivo 45,69% e 3,63 com o Poder Legislativo. Vale lembrar que deste valor foram deduzidos as Transferências do PSF e PACS e IRRF, conforme Parecer Prévio nº 177/2003. Os valores constam no Anexo I – Gastos com Pessoal enviados a este Tribunal no Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre/2015. Verifica-se a obediência ao limite legal imposto, bem como ao limite de alerta de 90% da RCL, estando abaixo do limite prudencial de 95% da RCL no Poder Executivo.



## OBSERVÂNCIA DO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO

Arrecadação Município Exercício de 2014	13.759.470,36
Percentual Populacional	6.313
Valor Correspondente ao Percentual	7%
Valor Orçado Exercício de 2015	963.162,93
Repasse Mensal	80.200,00
<b>Transferência Total Efetuada</b>	<b>962.400,00</b>

O valor repassado para a Câmara Municipal em 2015 foi de 962.400,00 (novecentos e sessenta e dois mil quatrocentos reais), ou seja, 80.200,00 (oitenta mil e duzentos reais) por mês. Em relação ao dia para repasse, dispõe o art. 29-A parágrafo 2º que constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal não enviar o repasse até o dia 20 (vinte) de cada mês ou enviá-lo a menor em relação à proporção fixada em Lei Orçamentária ou conforme apuração da receita arrecadada no exercício anterior.

## REPASSE DO PODER EXECUTIVO PARA O LEGISLATIVO

MESES	VALOR	DATA REPASSE
JAN/13	66.700,00	20/01/2015
FEV/13	93.500,00	19/02/2015
MAR/13	80.200,00	20/03/2015
<b>ABR/13</b>	<b>80.200,00</b>	<b>22/04/2015</b>
MAI/13	80.200,00	20/05/2015
JUN/13	80.200,00	17/06/2015
JUL/13	80.200,00	20/07/2015
AGOS/13	80.200,00	20/08/2015
SET/13	80.300,00	18/09/2015
OUT/13	80.200,00	20/10/2015
NOV/13	80.200,00	20/11/2015
DEZ/13	80.200,00	18/12/2015
<b>ACUMULADO</b>	<b>R\$ 962.400,000</b>	



Conforme quadro acima constata que as transferências a Câmara Municipal ocorreram na proporção da receita arrecadada no exercício anterior e até o dia 20 de cada mês, exceto o mês de abril devido a feriados conforme justificado pelo setor financeiro e por um lapso de descuido tendo em vista que foi decretado ponto facultativo no dia 20 de abril no final do expediente do dia, mas que de certa forma não acarretou prejuízos na esfera Legislativa, sendo portanto um descumprimento formal, mas em todos os outros meses foram realizados dentro do prazo, obedecendo ao mandamento constitucional.

### **3.1.7 ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

O art. 44 da LRF institui que é vedada a aplicação de receita de capital provenientes da alienação de bens e direitos em despesas correntes, salvo algumas exceções. Constatou-se que no exercício de 2015 houve arrecadação de recursos advindos de alienações de bens no valor de R\$ 32.930,00, sendo que seu saldo ficou para ser aplicado no exercício de 2016 uma vez que o leilão de bens foi realizado no final do exercício.

#### **Quadro 11 – Demonstrativo origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação ativos**

##### **EXERCICIO DE 2015.**

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>3.248.559,32</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.248.559,32</b>
Alienação de Bens Moveis	
Alienação de Bens Imoveis	
<b>MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA</b>	
Saldo Anterior	0,00
Entradas Alienações	32.930,00
Saídas por Aquisições	-
<b>Saldo Atual</b>	<b>32.930,00</b>



### **3.2 ACOMPANHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

Cabe ao Controle Interno além do acompanhamento da Gestão Fiscal que trata da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, ações quanto à verificação de procedimentos operacionais, examinando especialmente quanto ao atendimento dos princípios constitucionais, quanto à legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência dos atos de gestão

Importante lembrar que é pessoal a responsabilidade do Prefeito relativamente aos atos e fatos de sua gestão e que esta se estende ao responsável pelo controle interno quando este tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade e dela não cientificar o Tribunal de Contas.

Nos relatórios quadrimestrais deste ano, o setor de controle interno encontrou deficiência nas diferentes secretarias, sendo que, apesar de ser do conhecimento dos Secretários e do gestor grande parte delas persistiram.

Neste sentido, o Controle Interno entende que é preciso a realização de um trabalho de reestruturação administrativa, bem como definição das responsabilidades dos funcionários, haja vista que a correção das deficiências torna-se difícil quando não há um responsável pela execução dos procedimentos. Além do que, a maior parte da ineficiência dos procedimentos administrativos realizados têm origem da falta de integração dos órgãos e estabelecimento de rotinas, entendendo-se ser a redefinição da estrutura administrativa, das rotinas de trabalho e responsabilidades de cada servidor o primeiro passo para que as deficiências operacionais verificadas pelo controle interno no decorrer desse ano sejam sanadas.

Visando a correção e a otimização dos procedimentos operacionais, o Controle Interno, no ano de 2015 atuou junto às secretarias sugerindo procedimentos e emitindo pareceres, os quais, em sua maioria, encontram-se documentados na forma de Pareceres e Memorandos junto ao Setor.

A realização de auditorias para pautar as irregularidades e ineficiências foi uma das metas do Controle Interno desde o ano de 2013, desde então não tem medido esforços no sentido de saná-las, mas tendo em vista a sobrecarga dos serviços neste setor e somente neste exercício foi contratado mais uma servidora e que a mesma está em fase de aprendizagem, desta forma as melhorias no setor será dentro de um certo período de tempo, possibilitando a atuação deste setor de forma eficaz.



## 4 PARECER CONCLUSIVO DA GESTÃO FISCAL E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

### 4.1 PARECER SOBRE A GESTÃO FISCAL PODER EXECUTIVO

Em atendimento ao Artigo 46, da Lei Complementar nº 154/1996 e, baseando-se no acompanhamento realizado e relatório circunstanciado da gestão fiscal elaborado, o Setor de controle interno emite as seguintes manifestações a respeito da Gestão Fiscal nos Poderes Executivo e Legislativo.

#### 4.1.1 Da Instituição, Previsão e Efetiva arrecadação dos tributos

O Município realizou a instituição e previsão de todos os tributos de sua competência constitucional atendendo ao disposto no art. 11 da LRF.

#### DA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS.

A Dívida Ativa, esta apresentou a seguinte movimentação no exercício 2015: (dados extraídos da Div.Receitas)

Saldo do Exercício Anterior	R\$	507.546,39
( + ) Inscrição no Exercício		217.491,22
( - ) Cancelamentos		5.273,98
( - ) Cobrança no Exercício		52.648,48
Saldo para o Exercício Seguinte		667.115,15

O Saldo Anterior da Dívida Ativa do Município está assim compreendido **R\$ 1.024.351,67** (Um Milhão Vinte e Quatro mil Trezentos e Cinquenta e Um Reais e Sessenta e Sete Centavos), sendo



que a Dívida Ativa Tributária com IPTU soma **R\$ 465.189,36** (Quatrocentos e sessenta e cinco mil cento e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos), e **R\$ 559.162,31** (Quinhentos e cinquenta e nove mil cento e sessenta e dois reais e trinta e um centavos) que corresponde a Dívida Ativa Não Tributária de origem Título Executivo do TCE/RO, permanecendo para o exercício seguinte o montante de R\$ 1.183.920,43 (Um milhão cento e oitenta e três mil novecentos e vinte reais e quarenta e três centavos).

A cobrança da Dívida Ativa Tributária com IPTU no exercício totalizou 52.648,48 (Cinquenta e dois mil seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), correspondendo a 5,14% do saldo anterior de R\$ **R\$ 1.024.351,67** (Um Milhão Vinte e Quatro mil Trezentos e Cinquenta e Um Reais e Sessenta e Sete Centavos) que ficou acima da previsão que era de R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais). Como pode ser verificada, a cobrança foi satisfatória. Houve inscrição no exercício no montante de R\$ 126.267,50- (Cento e vinte seis mil duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

A Dívida Ativa Não Tributária que no exercício anterior tinha um saldo de R\$ **559.162,31** (Quinhentos e cinquenta e nove mil cento e sessenta e dois reais e trinta e um centavos) teve uma inscrição no valor de R\$ 91.223,72 (Noventa e um mil duzentos e vinte três reais e setenta e dois centavos), aumentando seu saldo para o exercício seguinte em **R\$ 650.386,03** - (Seiscentos e cinquenta mil, Trezentos e oitenta e seis reais e três centavos).

Medidas adotadas no combate à evasão e sonegação fiscal:

### **Na Esfera Judicial**

Execução de títulos da Dívida Ativa andamento perfazem um total de mais de **R\$ 310.170,33** (Trezentos e Dez Mil, Cento e Setenta Reais e Trinta e Três Centavos);



Esta administração, seguindo a recomendação desta Corte de Contas, celebrou um convenio com o Cartório de Protesto da Comarca de Colorado do Oeste, com o objetivo de protestar os títulos executivos antes do ingresso com as ações de execução, o que tona mais célere a cobrança dos títulos executivos, e diminui o ajuizamento das ações de execução fiscal. com todos os ritos processuais previstos, até final inscrição em Dívida Ativa e emissão do Título Executivo.

5.3.3 - Com as providências adotadas, acreditamos ter demonstrado a preocupação e esforço desta Administração na recuperação de tais créditos. Por oportuno, enfatizamos que o rigor da Lei Complementar 101/2000 impossibilita a concessão de benefícios para o pagamento sob pena de se caracterizar renúncia de receita, o que de certa forma prejudica o recebimento de créditos atrasados.

## **DAS AÇÕES DE FOMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIA**

**Dados abaixo obtidos do setor de receitas e Assessoria Jurídica**

Visando fomentar a Receita atualizamos a tabela constante do código tributário para cobrança da receita tributária. Conforme se verifica nos quadros comparativos da receita, principalmente a arrecadação do ITBI que teve aumento de 111% (cento e onze por cento) se comparado com o exercício de 2014. A cobrança antes da alteração era baseada no valor venal do imóvel, após a adequação da legislação fiscal o balizamento passou a ocorrer por meio de avaliação de mercado aferida por fiscal do Município.

6.2. Estamos intensificando a fiscalização sobre as fontes geradoras de arrecadação tanto de tributos municipais quanto aquelas que indiretamente afetam o montante da receita própria, tendo por exemplo a exigência na emissão de notas junto aos produtores rurais que incide como critério no cálculo para rateio do ICMS dos municípios.

6.3. Equipagem do setor de fiscalização por meio da disponibilização de equipamentos modernos de informática e veículo adequado para maior agilidade e eficácia.





6.4. Visando incrementar a Receita, foi contratada uma empresa especializada em tributação, para realizar serviço de Revisão e Atualização do Código Tributário Municipal, com a elaboração do Projeto do Novo Código Tributário Municipal, o que ira fomentar a receita do municipio.

As previsões das receitas observaram em parte as normas técnicas e legais, haja vista que, apesar de considerarem a evolução dos últimos três anos estando acompanhadas de tal demonstrativo, não apresentaram a metodologia de cálculo e premissas utilizadas, atendendo em parte o disposto no art. 12 da LRF.

Verifica-se pelos demonstrativos extraídos da contabilidade e pelo Relatório Circunstanciado elaborado..., a receita total arrecadada no exercício de 2015 obteve um crescimento nominal em relação aos exercícios findos de 2013 e 2014 alcançando em termos relativos uma evolução de 33,44% em relação ao exercício de 2013 e 5,61 % em relação a 2014. Acredita-se que tais resultados, de certa forma, evidenciam determinada eficácia por parte desta administração quanto à sua tarefa de proporcionar o crescimento contínuo da receita pública. E em relação à Receita Tributária houve um crescimento de 28,79% em relação a 2013 e um decréscimo de (11,97)% em relação a 2014. Justifica-se tal decréscimo em razão da entrada de receita na fonte ISSQN relativo ao recolhimento de imposto oriundo da construção de linha de transmissão de energia elétrica Porto Velho/Araraquara-SP, cuja receita foi paga em parcela única no exercício de 2014 configurando uma arrecadação acima da previsão para essa fonte de receita, já para o exercício de 2015 não houve a entrada de montante equivalente o que ocasionou o decréscimo acima demonstrado. Está demonstrado, que as receitas tributárias e de contribuição representam em termos relativos respectivamente 4,06% da receita total, o que significa uma representatividade pequena e pouco abaixo dos 4,87 representados no ano de 2014.

Este fato de certa forma tem se apresentado como normal dentro da realidade dos pequenos municípios rondonienses e dos demais estados do Norte e Nordeste, os quais em sua maioria não possuem, ainda, uma economia sedimentada que possa contribuir para com o fortalecimento da receita do governo local. No entanto, esta gestão tem buscado gradativamente aumentar a representatividade destas receitas em relação á receita total, buscando utilizar seu poder de tributar no seu limite máximo.



As Receitas de Transferências atingiram o montante de R\$ 19.004.182,74 (Dezenove milhões quatro mil cento e oitenta e dois reais e setenta e quatro centavos) e representam 89,37% em relação à Receita Arrecadada Total, representando assim como a maior fonte de financiamento para o Município.

Concluindo, o Controle Interno entende que o município institui e realizou a previsão de todos os tributos de sua competência e, apesar de não ter atingido a efetiva arrecadação de todos eles, adotou medidas importantes para implementação da arrecadação de tributos deficitários.

#### **4.1.3 Da utilização dos recursos vinculados**

Os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada atendendo o disposto no art. 50, I da LRF.

No que tange à aplicação correta dos recursos vinculados conforme dispõe o art. 8º, Parágrafo único e art. 25, § 2º, não foram detectadas irregularidades considerando as verificações realizadas:

- a) despesas empenhadas e pagas com recursos do MDE. Foram executadas dentro das normas estabelecidas em Lei;
- b) Folha de pagamento dos Professores da educação estão sendo pagas corretamente com verbas do FUNDEB.

O controle interno conclui que os procedimentos contábeis de controle dos recursos vinculados de forma individualizada estão sendo realizados corretamente.

#### **4.1.4 – Das audiências públicas**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O Poder executivo realizou as audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais semestrais conforme dispõe o art. 9º e 63 da LRF referentes ao 1º e 2º semestre de 2015 dentro dos prazos legais estabelecidos.

Período	Prazo Legal	Data Realização da Audiência	Local
1º Semestre 2015	30/07/2015	23/07/2015	Câmara Municipal
2º Semestre 2015	28/02/2016	22/02/2016	Câmara Municipal

No que se refere à avaliação do cumprimento das metas fiscais, o Setor de Controle Interno constatou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2015 apresentou o Demonstrativo das Metas Anuais, conforme art. 4º, § 1º, inciso II da LRF de forma completa.

Em relação à receita e despesa tomou-se como parâmetro os valores projetados na programação financeira verificando-se que a receita superou o valor programado e a despesa apresentou-se superior em decorrência da própria superação da receita, não prejudicando o resultado orçamentário. Em relação à receita e despesa tomou-se como parâmetro os valores projetados na programação financeira verificando-se que a receita superou o valor programado e a despesa apresentou-se superior em decorrência da própria superação da receita, não prejudicando o resultado orçamentário. No que se refere ao montante da dívida, esta ficou no mesmo valor, em relação ao ano anterior. Esta situação deve-se ao fato de o Município esta fazendo um levantamento junto a CAERD, para correção de pagamentos do valor da Dívida Inscrita no Passivo. No que se refere ao resultado nominal e primário configuraram-se melhores do que aqueles evidenciados em 31/12/2014, mostrando que foram tomadas providencias no sentido de equilibras as contas publicas bem como honrar os compromissos firmados.



O setor de Controle Interno conclui que as audiências foram realizadas dentro dos prazos estabelecidos na LRF.

#### **4.1.6 Das operações de crédito**

Não houve amortização da dívida em razão do Município estar apurando seu valor real junto a CAERD para as devidas providencias.

O controle interno conclui pelo atendimento aos limites de operações de crédito, bem como pela correta escrituração dessas operações discriminadas quanto à natureza e tipo de credor.

#### **4.1.7 Da dívida consolidada líquida**

A dívida consolidada líquida foi apurada de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal 40/2001, inciso II do art. 3º e com as demais normas que tratam o assunto.

Assinala o Pronunciamento Técnico que a Dívida Consolidada Líquida atingiu o percentual de - 33,81% da receita Corrente Líquida, estando dentro das exigências legais.

#### **4.1.8 Da receita de alienação de bens**

O Poder executivo arrecadou o valor de R\$ 32.930,00 (Trinta e dois mil novecentos e trinta reais) referente a receitas de alienação de Bens no exercício de 2015.



#### **4.1.11 Da publicação do relatório resumido de execução orçamentária e do relatório de gestão fiscal**

As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) relativas ao exercício de 2015 foram efetuadas de acordo com o que dispõe o art. 52 da LRF, sendo todos publicados até trinta dias após o encerramento de cada bimestre no quadro de avisos da Prefeitura no Diário Oficial do Município - Arom e na internet [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) , [www.tce.ro.gov.br](http://www.tce.ro.gov.br)

As publicações semestrais dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) relativas ao exercício de 2015 foram efetuadas de acordo com o que dispõe o art. 55 da LRF , sendo todos publicados até 30 dias após o final de cada semestre no quadro de avisos da Prefeitura, no Diário Oficial do Município - Arom e na internet [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) , [www.tce.ro.gov.br](http://www.tce.ro.gov.br).

Conclui o controle interno pelo atendimento legal no que tange as publicações do RREO e RGF tanto no que se refere a prazos, quanto no que se refere à forma e locais de publicação.

#### **TRANSPARÊNCIA PÚBLICA – LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009**

Conforme estabelece o art. 48-A da LRF, incluído pelo art. 2º da Lei Complementar nº 131 de 27/05/2009, os municípios disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso as informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Em atendimento ao solicitado pelo corpo Técnico através da DECISÃO N.724/2015 – 1ª CÂMARA, PROCESSO 02840/13 o item II letra A e B da referida Decisão, O SEGUINTE:



Analisando o sítio oficial da Prefeitura, verifica-se que estas informações em relação ao exercício financeiro de 2015 e 2016 foram divulgadas em tempo hábil, em cumprimento ao dispositivo supracitado.

Com relação a inserção da página com Glossário, cartilha e link explicativo, já foi providenciado e o mesmo atende a Lei 131/2009.

Em relação a disponibilização por meio eletrônico no que se refere ao procedimento licitatórios realizados, vem sendo cumprimento de forma eficaz, conforme vistoria in loco ao setor e também monitoramento efetuado ao portal da Transparência.

Este Controle interno a partir do comunicado através do ofício n. 1096/2015/D1ªC-SPJ, vem adotando práticas na rotina de trabalho para verificação ao Portal da Transparência para cumprimento em tempo real à Lei nº 131/2009.

#### **4.1.12 Da consolidação das contas**

O Poder executivo ainda não encaminhou suas contas a União referente o ano de 2015, uma vez que o prazo para a entrega das contas a União é até dia 30 de abril de 2015. Já em relação ao Estado, foi enviado no dia 29 de março de 2016 conforme comprovante a ser entregue com o recebido, concluindo-se pelo atendimento do que dispõe o art. 51, § 1º da LRF.



### 4.3 PARECER SOBRE OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Tomando por base o acompanhamento dos atos de gestão conclui-se que houve falhas de procedimentos nas diversas secretarias, sendo que algumas já foram corrigidas. Salienta-se que a grande parte delas tem como causa a falta de atribuição de responsabilidade aos funcionários através do estabelecimento de rotinas de trabalho. Constitui-se uma das metas do Controle Interno para 2016 dentro do possível, não medir esforços para que haja uma melhor integração entre os servidores.

## 5 RELATÓRIO E PARECER DA GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

### 5.1 Gastos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Conforme evidencia o Anexo VIII da LFR a receita de impostos e transferências constitucionais do Município no ano de 2015 somou o valor de R\$ 14.940.771,03 e a aplicação de recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino já descontado o fundeb e os rendimentos de aplicação financeira do FUNDEB e do MDE foi de R\$ 4.610.416,33 representando 30,86% das receitas de impostos e transferências constitucionais, conforme demonstrativo abaixo:

#### EDUCAÇÃO 25%

### 8. DA APLICAÇÃO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DO FUNDEB

**8.1.** Os impostos e os montantes aplicados no exercício, são identificados conforme quadro abaixo:

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (ART. 212 DA CF)	VALOR R\$
<b>1- Impostos Próprios</b>	<b>762.344,58</b>
IPTU	57.859,64
ITBI	199.335,00
ISS/QN	242.503,10
Dívida Ativa Impostos	38.134,59



ESTADO DE RONDÔNIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Multa e Juros de Impostos	9.713,69
IRRF	214.798,56
<b>2- Transferências Estaduais</b>	<b>8.829.845,79</b>
IPVA	294.579,74
ICMs	8.487.689,10
COTA PARTE – IPI/EXPORTAÇÃO	47.576,95
<b>3- Transferências Federais</b>	<b>5.348.580,66</b>
FPM	5.321.430,05
ITR	14.424,01
ICMS DESONERAÇÃO LC 87/96	12.726,60
<b>4- Total Geral de Impostos (item 1+2+3)</b>	<b>14.940.771,03</b>
<b>5- Valor Mínimo para cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal (25%) (item 4x25%)</b>	<b>3.735.192,76</b>
<b>6- Valor Mínimo para cumprimento da EC 53 e Medida Provisoria 339/06. (item 5x 100%)</b>	<b>3.735.192,76</b>

**8.2.-** A aplicação efetiva dos recursos e o cumprimento dos dispositivos constitucionais está demonstrada pelo seguinte quadro:

DESPESAS CONSIDERADAS	VALOR R\$
1- Contribuição ao FUNDEB (retenção de 20% do FPM, FPE, IPI, LC 87/96 e ICM'S, IPVA, ITR) art. 31º, § 1º, da Medida Provisoria 339/2006.	2.778.020,20
2- Despesas empenhadas e pagas no exercício conformidade com art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96 c/c Decisão Nº 74/97 e Súmula nº 01/99 do TCER e já excluídas as despesas previstas no artigo 71 da Lei 9394/96 ( Valores acumulados até dezembro do Anexo II e III-A da IN 022/07-TCER)	1.832.396,13
3- Despesas de restos a pagar pagos no exercício em análise, com recursos próprios vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Instrução Normativa, nº 022/07-TCER, art. 6º, § 2º) (Valores acumulados até dezembro do Anexo IV da IN 022/07-TCER)	-
4- Despesas inscritas em restos a pagar para o exercício seguinte com recursos vinculados – ( Inst. Normativa nº 022/07-TCER, Anexo VI) (conforme relação dos restos a pagar da educação que serão pagos com saldo de recursos financeiros vinculados existentes em conta corrente da educação em 31.12.15. (Anexo TC 10A E 10B)	
5- Total das despesas efetuada no exercício, de acordo com a súmula 01/99 e Instrução Normativa nº 022/07-TCER (item 1+2+3+4)	4.709.796,38
6- Valor mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento no Ensino -25% - (item 5 do quadro anterior)	3.735.192,76
7- Percentual aplicado das receitas decorrentes de impostos e transferências constitucionais, artigo 212 da Constituição Federal	30,86





(item 05 deste relatório dividido pelo item 04 do relatório anterior vezes 100 )	
--	--

Fonte:Quadro Demonstrativo dos Recursos Recebidos e sua Aplicação anexo VIII da LRF de 01/2015 a 12/2015

Tendo em vista as informações constantes no Anexo VIII, conclui-se pelo atendimento da aplicação mínima de 25% em manutenção e desenvolvimento do ensino conforme prevê os artigos 211, § 2º, e 212 da Constituição Federal.

## 5.2 Aplicação dos Recursos em Ensino Fundamental

O art. 60, caput, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispõe que no mínimo 60% dos recursos provenientes de impostos e transferência constitucionais deverão ser aplicados em ensino fundamental, conforme demonstrativo abaixo:

### EDUCAÇÃO 60%

<b>1. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
1.1- Transferencias de Recursos FUNDEB	2.067.489,47	99,70
1.2 - Aplicação Financeira	6.297,99	0,30
1.3 - Total Recurso recebido no FUNDEB (item 1.1+1.2)	2.073.787,46	100
<b>2. APLICAÇÃO DE ACORDO COM A LEI 9.424/96</b>		
2.1 - Mínimo de 60% com remuneração dos profissionais do magistério -	1.244.272,48	60
2.2 - Máximo de 40% com outras despesas	829.514,98	40
TOTAL	2.073.787,46	100
<b>3. DESPESAS PAGAS – CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O ARTIGO 70 E 71 DA LEI FEDERAL 9.394/96</b>		
*percentuais deverão ser comparados em relação ao valor do item 1.3		
3.1 Remuneração dos profissionais do magistério	1.392.559,92	67,15
3.2 Indenizações Trabalhistas	5.387,78	0,26
3.3 Obrigações Patronais	314.522,92	15,17
3.4 SUB-TOTAL (item 3.1+3.2)	<b>1.712.470,62</b>	<b>82,58</b>
3.5 Outras despesas do FUNDEB	250.154,40	12,06
<b>4. TOTAL GERAL GASTO NO FUNDEB (item 3.4+3.5)</b>	<b>1.962.625,02</b>	<b>94,64</b>

Fonte: Quadro Demonstrativo dos Recursos Recebidos e sua Aplicação , anexo VIII da LRF de 01/2015 a 12/2015

Conforme evidenciado no Anexo VIII, a aplicação na função educação, subfunção Ensino Fundamental somou o valor de R\$ 1.712.470,62, representando 82,58% das receitas de



impostos e transferências constitucionais, concluindo-se pelo atendimento do que dispõe o art. 60, caput, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

## 6 RELATÓRIO E PARECER DA GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS ÀS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

As despesas com ações e serviços públicos de saúde no ano de 2015 somaram o valor de R\$ 3.079.132,98 aplicando-se 20,61% das receitas resultantes de impostos, compreendida as provenientes de transferências que somaram o valor de R\$ 14.940.771,03, conforme demonstrativo abaixo:

SAUDE 15%

<b>A - Especificação dos Impostos e Transferências registradas</b>	2015
IPTU	57.859,64
ITBI	199.335,00
ISSQN	242.503,10
IRRF	214.798,56
ITR	14.424,01
IPVA	294.579,74
ICMS	8.487.689,10
FPM	5.321.430,05
IPI s/ Exp.	47.576,95
L.C. 87/96 – Lei Kandir	12.726,60
Multas e Juros de Impostos	9.713,69
Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos	38.134,59
<b>B - RECEITA TOTAL</b>	<b>14.940.771,03</b>
Total da Despesa com Função Saúde	<b>4.204.662,47</b>
<b>(-) Despesas pagas com Transf. Federal Saúde (PAB, MAC/AIH e Conv.)</b>	1.200.955,01
<b>(-) Despesas pagas com transferências Estadual Saúde (Convênios)</b>	-
<b>(-) Despesas não consideradas (Incisos I a VI, e do parágrafo único do artigo 21º da Instrução Normativa n.º 022/TCER/2007)</b>	-
(+) Inscrição em Restos a Pagar com Recursos Vinculados	75.425,52
<b>C – TOTAL DA DESPESA COM SAÚDE A SER CONSIDERADA</b>	<b>3.003.707,46</b>
<b>D – ÍNDICE APLICADO = C/B</b>	<b>20,61</b>

Fonte: Quadro Demonstrativo dos Recursos Recebidos e sua Aplicação XVI de 01/2013 a 12/2013



**Tendo em vista que o percentual mínimo exigido conforme art. 77, inciso III e § 1º do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias para o exercício de 2005 é de 15%, conclui-se pelo atendimento legal na aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.**

### **CONCLUSÃO**

Em conclusão ao exame do processo de prestação de contas do exercício de 2015 desta *Prefeitura Municipal de Cabixi*, destaca-se que:

A responsabilidade pelo sistema de controle cabe a administração, nos termos da Constituição da República, Arts. 31 e 74; A responsabilidade no controle de cada setor segue hierarquicamente cada chefia e é solidária ao auxiliar de controle interno e ao pessoal de cada departamento que exerce cargo ou função de direção, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, § 1º; A responsabilidade deste Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, no que se refere à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles de cada setor é importante para o cumprimento da Legislação.

O presente relatório de prestação de contas foi elaborado mediante dados apresentados por representantes das diversas unidades administrativas, considerando a consistência das Demonstrações Contábeis, dos demonstrativos de Execução Orçamentária e Financeira e de Gestão Fiscal, demonstrando os aspectos da eficiência e efetividade da gestão administrativa dessa municipalidade, evidenciando os princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, economicidade na aplicação dos recursos públicos.

Os resultados apresentados no presente relatório, que foram positivos, bem como observar aqueles que não foram satisfatórios, mas que, no entanto, a Entidade esteja propondo melhorias.



## RECOMENDAÇÃO:

### I – Cobrança da Dívida Ativa Tributária

Apesar das justificativas apresentadas e pelo esforço evidenciado na tentativa de recuperação dos créditos da Dívida Ativa Tributária, uma vez que foram ajuizadas cobranças que perfazem um total de mais de **R\$ 310.170,33** (Trezentos e Dez Mil, Cento e Setenta Reais e Trinta e Três Centavos) o que totalizou o montante fica evidenciado que a baixa arrecadação ou estagnação dos valores inscritos na dívida ativa, configura a omissão da administração pública municipal no recebimento de seus créditos, podendo inclusive caracterizar a renúncia de receitas, conforme previsto na Lei complementar nº 101/00, cabendo à administração pública municipal a adoção de medidas necessárias e eficaz visando a recuperação destes créditos.

### II – Resultado Nominal

Em relação ao resultado nominal observou-se que o valor apurado no exercício de 2015 ficou bastante divergente das metas fixadas na LDO, devendo o Executivo rever estas metas nos próximos exercícios para que os resultados apresentados sejam mais próximos do que foi fixado, devendo inclusive fazer as reavaliações de metas para corrigir discrepâncias de valores que venham a ocorrer na execução do orçamento.

É o Relatório.

CABIXI/RO, 30 de março de 2016.

**Lizandra Cristina Ramos**  
**Controladora Interna**  
**Decreto nº 021/2011**



**MUNICÍPIO DE CABIXI  
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

**Órgão: Prefeitura Municipal de Cabixi  
Período: Janeiro a Dezembro de 2015.**

A Controladoria Geral do Município de Cabixi/Rondônia é de opinião pela CERTIFICAÇÃO DE REGULARIDADE da contas do Chefe do Executivo Municipal, atinentes ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor IZAEL DIAS MOREIRA, já que a Administração observou os princípios constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e o cumprimento da gestão fiscal, em especial dos mínimos na aplicação da Saúde e Educação; o limite de repasse ao Poder Legislativo; o equilíbrio orçamentário e financeiro, o atendimento das metas do Resultado Primário, e para o Resultado Nominal será necessário um acompanhamento na execução do Orçamento para que necessários seja reavaliar as metas previstas na LDO ; os limites de despesas com pessoal e endividamento; que as Demonstrações contábeis consolidadas do Município, compostas pelos balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, refletem sobre todos os aspectos relevantes a situação patrimonial em 31/12/2015 e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial relativos ao exercício encerrado nessa data, de acordo com as disposições da Lei 4.320/64, da Lei Complementar 101/2000 e das normas contabilidade do setor público.

Cabixi/RO, 30 de Março de 2016.

**Lizandra Cristina Ramos  
Controladora Interna  
Decreto nº 021/2011**



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CABIXI**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PARECER DE AUDITORIA**

**Órgão: Prefeitura Municipal de Cabixi**  
**Período: Janeiro a Dezembro de 2015.**

Analisamos o relatório de auditoria do Balanço Anual do exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Cabixi, e certificamos que o mesmo contém todas as peças exigidas pela Instrução Normativa nº 013/2005, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Os atos de gestão do exercício de 2015 foram analisados por amostragem, na extensão julgada necessária, não sendo constatado atos de gestão ilegal ou ilegítimo que possam comprometer as contas do ordenador de despesa.

Desse modo, tendo por base os exames e informações levantadas no exercício/2013 pelo relatório de auditoria somos de parecer pela regularidade das contas.

Cabixi/RO, 30 de Março de 2015.

**Lizandra Cristina Ramos**  
**Controladora Interna**  
**Decreto nº 021/2011**



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CABIXI**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE DA**  
**GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Em atendimento a Instrução Normativa nº 013/2004 e Lei Complementar nº 154/96, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, atesto ter tomado conhecimento do Relatório da Unidade de Controle Interno do Exercício de 2015 referente ao Balanço Anual de 2015, que vai acompanhado do Certificado e Parecer, além dos documentos pertinentes.

Encaminhe-se ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, juntamente com o Relatório do Controle Interno, Certificado e Parecer.

Cabixi/RO, 30 de Março de 2016.

**Izael Dias Moreira**  
**Prefeito Municipal**